

# CANTILLON E SISMONDI SOBRE POPULAÇÃO, RENDA E SUBSISTÊNCIA

Maurício C. Coutinho\*

## 1. Introdução

O artigo discute as relações entre população e economia na obra de Richard Cantillon e Sismonde de Sismondi, autores que compartilharam com Malthus a concepção de que o tamanho da população é uma função da disponibilidade de meios de vida, e de que a atividade agrícola ocupa um papel especial no sistema econômico. Pretendo mostrar que, a despeito dos pontos em comum com Malthus, Cantillon e Sismondi afastaram-se do sistema malthuseano em dois aspectos cruciais: na análise dos mecanismos de ajustamento entre população e meios de vida, e na adesão a uma perspectiva populacionista. Este afastamento levou a uma visão contrastada sobre as relações entre economia e população, com desdobramentos importantes no entendimento da natureza do excedente econômico e do funcionamento da economia, de modo geral.

Acredito que as passagens do **Essay on the Nature of Commerce in General**, de Cantillon, e dos **Nouveaux Principes d'Économie Politique**, de Sismondi, onde as relações entre população e economia estão mais bem estabelecidas são aquelas que tratam da renda da terra e do salário de subsistência. O artigo proporá que, em particular na fixação do salário de subsistência, Cantillon e Sismondi distanciaram-se do padrão clássico (ou ricardiano), o que tem impactos na determinação da relação entre produção e excedente. Nessa perspectiva, nas visões sobre população e fixação dos salários ao nível de subsistência, afloram no **Ensaio** e nos **Novos Princípios** elementos não-clássicos (ou não-ricardianos).

Entendo que os tópicos desenvolvidos no artigo – população, subsistência, renda da terra – oferecem um ângulo privilegiado para a discussão de temas que pertencem ao núcleo central da economia política dos séculos XVIII e primeira metade do XIX, sem o ônus de enfrentar diretamente as controvérsias sobre valor e distribuição em autores mais emblemáticos, como Smith, Ricardo, Marx, Malthus, Say. Sob esse ponto de vista, pode-se dizer que o artigo tem o objetivo secundário de, a partir da temática da população, efetuar uma espécie de incursão lateral ao núcleo da economia política clássica, tangenciando uma questão

---

\* UNICAMP

mais ampla: em que medida se pode supor a dominância, até John Stuart Mill, de um “sistema de economia política clássica”, entendido como uma imagem do sistema ricardiano?<sup>1</sup>

Acredito que o foco na dinâmica populacional – um tema importante em si e caro aos economistas do século XVII, XVIII e XIX – e na noção de salário de subsistência é instrumental, porque proporciona acesso às visões contrastadas dos economistas em torno de diversos outros tópicos, inclusive valor e distribuição. À medida que Malthus, por razões bem conhecidas, é o autor de referência em questões populacionais, suas idéias permanecerão como uma espécie de pano de fundo de toda a argumentação.

O artigo compõe-se, além desta introdução, de seções que abordam a relação entre população e meios de vida em Cantillon; a concepção de riqueza e as relações sociais na agricultura em Sismondi; salário de subsistência e excedente econômico; renda da terra. A conclusão, finalmente, apontará algumas das perspectivas abertas pela discussão sobre população e excedente.

## **2. Cantillon: o ajustamento entre população e meios de vida no âmbito de uma economia natural**

*“Quando os meios de subsistência são ilimitados, os homens multiplicam como ratos no celeiro”.* (Cantillon, 37) Esta frase, que antecede a passagem do **Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral** em que Cantillon chega à conclusão de que a população inglesa nas colônias cresce muito mais rapidamente do que na Inglaterra por defrontar-se com disponibilidade ilimitada de terras para cultivo, fornece uma sugestiva confirmação à tese de que o contingente populacional é função dos meios de subsistência.

É certo que Cantillon entende que a população é um fator de riqueza, o que torna sua inclusão no rol dos autores populacionistas incontroversa.<sup>2</sup> A rigor, uma abordagem mais detalhada do **Ensaio** revela que os nexos entre o tamanho da população e o nível de riqueza são bastante complexos, e passam por um entendimento do papel atribuído aos hábitos de subsistência e à possibilidade de obtenção de excedente econômico a partir da exploração agrícola.

---

<sup>1</sup> Sobre o “sistema de economia política clássica”, Cartelier (1981).

<sup>2</sup> O título do capítulo XVI da Parte I do **Ensaio** é sugestivo: *“Quanto mais trabalho há em um estado, mais naturalmente rico ele é estimado”.* (Cantillon, p. 38)

O quadro de referência do **Ensaio** transparece na comparação entre dois países em situação bem distinta, a China e a Inglaterra. Para Cantillon, como para Adam Smith, a China atingiu o topo em riqueza e estagnou. A situação não é de miséria e o país consegue manter uma população numerosa, graças aos hábitos de consumo frugais – os camponeses se mantêm com uma ração exígua de arroz – e à fertilidade da terra.

Na Inglaterra, o consumo da população é bem mais diversificado. A geração de excedente, dados os hábitos de subsistência, requer a incorporação de uma proporção elevada do território ao cultivo de cereais. Para que a população cresça, é necessário produzir alimentos e/ou exportar manufaturas em troca de produtos agrícolas.

Considerando-se a relação social de arrendamento, o modelo de produção de alimentos e de expansão populacional do **Ensaio** encadeia-se do seguinte modo:

i. As decisões dos proprietários determinam o nível de utilização da terra e a área total destinada à produção de alimentos. Estas decisões envolvem tanto o que fazer com a terra – deixá-la inculta, preservar bosques, criar cavalos, destinar áreas ao plantio de cereais – quanto os hábitos de consumo, que influenciarão os gostos da população e poderão, inclusive, provocar um excesso de importações. As decisões dos proprietários são apenas parcialmente orientadas por sinais de mercado (preços relativos dos diversos bens e valor da renda), e fortemente influenciada por suas preferências de lazer e consumo.<sup>3</sup>

ii. Dada a produtividade da terra, as decisões dos proprietários determinam o produto agrícola bruto, bem como o nível de emprego na agricultura e nos demais ofícios. Determinam também o tamanho da população.

iii. Dado o nível de subsistência dos trabalhadores agrícolas (o principal custo de produção), definido por hábitos sociais, o produto bruto determina a renda da terra (a “primeira renda”) e os lucros dos fazendeiros (a “terceira renda”).

A distribuição da população no território e a própria organização da rede urbana são produtos do mesmo encadeamento. Não se trata apenas de considerar que as atividades trabalho-intensivas resultarão em maior volume de emprego.<sup>4</sup> Esta é uma conclusão correta, mas que quase inverte a ordem do raciocínio de Cantillon: emprego elevado (na agricultura e

---

<sup>3</sup> O título do capítulo XIV da Parte I do **Ensaio** é: “*As fantasias, as modas e os modos de vida dos príncipes, e especialmente dos proprietários de terra, determinam o uso que é dado à terra em um estado*” .(Cantillon, p. 27)

<sup>4</sup> Como fazem Brewer (1992) e Tarascio (1991).

na manufatura) requer a disponibilidade de alimentos e, portanto, de terras destinadas ao seu cultivo e/ou de capacidade de importação.

A bem conhecida ilustração sobre a troca de renda belga por vinho francês, que abre a Parte III do **Ensaio** e apóia toda a argumentação sobre comércio internacional, é bastante sugestiva. Cantillon conclui que os belgas destinarão uma área elevada à produção de subsistência, uma vez que a manufatura de renda (e não o cultivo de linho) absorve muitos trabalhadores, os quais têm que ser alimentados. Já os franceses subtrairão terra ao cultivo de alimentos, ao dedicarem muito território aos vinhedos e às pastagens para o pastoreio dos cavalos necessários ao transporte da produção vinícola. Os franceses vêm-se prejudicados, entre outras razões, por a produção de vinho ser uma atividade intensiva em transporte e, em decorrência, em pastoreio.

Cantillon entende que a troca de renda por vinho, mesmo implicando uma equivalência monetária, é prejudicial aos franceses, que subtraem terras ao cultivo de alimentos e prejudicam a capacidade de sustentação de sua população. Os belgas, pelo fato de substituírem cerveja por vinho francês, conquistam ainda a vantagem suplementar de poderem cultivar alimentos nas terras anteriormente destinadas ao plantio de cevada.

O encadeamento exposto acima – da decisão dos proprietários à população ocupada e à renda líquida – supõe uma dada tecnologia. Anteriormente nos referimos a cultivos mais ou menos trabalho-intensivos, mas poderíamos ter considerado a questão da tecnologia de modo amplo, como fez Tarascio (1981).<sup>5</sup>

A ilustração habitualmente referida para enfatizar a importância da cultura e da tecnologia no tamanho da população é a dos povos que vivem da caça. Conforme Cantillon, os índios norte-americanos necessitam de uma área extensa para sustentar uma população exígua porque a caça requer uma relação elevada entre território e população. Civilizações agrícolas mantêm uma população muito maior em território menor.

Entendo que o exemplo dos índios norte-americanos representa uma espécie de argumento extremo e pouco representativo do sistema de Cantillon. Na verdade, pode-se dizer que a tecnologia ocupa um papel de pouca relevância no **Ensaio**. Embora Cantillon esteja

---

<sup>5</sup> “*Em resumo, para Cantillon, tamanho e distribuição da população são função da dotação de recursos, fatores culturais e tecnologia*”. (Tarascio, 1991)

ciente de que tecnologias de cultivo alternativas, ou até mesmo as diferentes aptidões naturais dos solos, condicionam a capacidade de sustentação da população,<sup>6</sup> não oferece desdobramento analítico para essas questões, possivelmente porque se dirige rapidamente para sua preocupação central, os custos de transporte. Pela mesma razão, as rendas diferenciais de fertilidade são desconsideradas e a renda diferencial estritamente locacional (devida a transporte) ocupa um papel de exclusividade.

A própria recomendação de espalhar as atividades manufatureiras pelo território, à qual Cantillon chega ao discutir os meios de nivelar a circulação monetária, coaduna-se com esta perspectiva: onde estiver a população, teremos produção de subsistência. A população orienta-se pela demanda por mão-de-obra; no caso, uma demanda condicionada pela nova localização de atividades, produzida por diferenciais de custo de transporte. Para que a população sobreviva, tem que haver produção de alimentos. Aliás, vale assinalar que no exemplo da troca de renda belga por vinho francês, em nenhum momento as vantagens comparativas naturais são evocadas.

No que se refere aos mecanismos de ajustamento entre população e meios de vida, os argumentos de Cantillon são muito mais brandos do que os que viriam a caracterizar a obra de Malthus. Para começar, não existe impedimento absoluto ou agrônômico à manutenção da população. A China é o exemplo mais eloqüente de que uma combinação entre técnicas eficientes e subsistência frugal pode prover meios de vida a uma população numerosa.

Além disso, pode-se dizer que no **Ensaio** o ajustamento entre população e meios de vida é absolutamente dominado por aquilo que Malthus denominaria de *preventive checks*. Cantillon concede uma grande importância à aspiração de todo ser humano a assegurar para os filhos uma posição social no mínimo igual a sua. Esta aspiração fornece um roteiro moral que leva, se necessário, à postergação de matrimônios e/ou ao celibato; enfim, funciona como um eficiente instrumento moral de controle de natalidade.

Finalmente, a migração atua como um dos meios mais eficazes de ajustamento entre população e meios de vida. Os ajustamentos no mercado de trabalho por migração aplicam-se tanto à população rural quanto à urbana, e, ao menos no que se refere às ocupações

---

<sup>6</sup> Isso se pode inferir das afirmações como: “Se as terras são apropriadas apenas para a manutenção de ovelhas, como nos distritos arenosos e campos de pastos, as vilas serão poucas e pequenas,..” (Cantillon, p. 8)

manufatureiras, aos planos nacional e internacional.<sup>7</sup> Sempre que o mercado de uma comunidade revelar-se insuficiente para atender aos trabalhadores com determinada qualificação, ocorrerá emigração. À medida que os pais preparam os filhos homens para o exercício das atividades em que têm experiência, o encurtamento das oportunidades – provocado por retrações do mercado, ou pela simples sobrevivência de um número de filhos acima da capacidade de absorção do mercado local – leva à emigração. De modo simétrico, novas oportunidades ativam o mecanismo de elevação dos salários e atraem população.

Enfim, se existe uma relação de fundo entre meios de vida e população, o ajustamento dá-se de modo suave, em parte orientado pelos sistemas de incentivos e pelos mecanismos de mobilidade, em parte por hábitos que se transmitem de geração a geração. Não se deve esquecer que o elo inicial na cadeia – o que de fato determina o tamanho da população – são as decisões de consumo e de utilização do solo dos proprietários. São os proprietários que formam a “classe independente”, a única cuja posição social permite uma efetiva autonomia nas decisões.

### **3. Sismondi, riqueza e relações de produção na agricultura**

Para Sismondi, o bem estar do homem – de todos os homens – representa o objeto da economia política e o suposto propósito dos governos. Sendo a riqueza aquilo que satisfaz as necessidades físicas dos homens, a riqueza nacional não é algo passível de uma mensuração absoluta; o que interessa é a relação entre a riqueza nacional e a população ou, dito de outro modo, a medida em que a todos os habitantes é dado o usufruto dos bens que proporcionam conforto e felicidade.<sup>8</sup>

O populacionismo de Sismondi afirma-se no interior deste quadro. A população é uma vantagem, desde que “... *cada homem esteja certo de encontrar pelo trabalho uma existência honesta*”, (Sismondi, p.65), o que envolve uma certa distribuição da riqueza nacional e uma adequação entre o contingente populacional e os meios de subsistência. A defesa da propriedade privada situa-se no mesmo contexto, vale dizer, ela é útil porque induz ao trabalho

---

<sup>7</sup> Ao discutir a relação entre preços e meio circulante, Cantillon afirma que, quando a elevação de preços diminui a competitividade de um país, “... *muitos dos trabalhadores e mecânicos que vêem o trabalho diminuir, abandonam o estado para encontrar mais trabalho nos países com as novas manufaturas.*” (Cantillon, p. 75)

e favorece a multiplicação da riqueza, desde que se assegure “... *a todo trabalho sua recompensa*”.(Sismondi, p.66)

O excesso de população enfraquece as condições de barganha dos trabalhadores e leva à espoliação. Na visão de Sismondi, a espoliação corresponde a uma remuneração do trabalho abaixo de seu custo, o que assegura ao capitalista um lucro acima do ordinário. Porém, mesmo em condições normais, a troca entre capitalistas e trabalhadores é desigual, porque a concorrência leva a que o trabalhador fique apenas com o necessário “... *para manter sua vida*” (Sismondi, p. 119), enquanto o capitalista retém o restante da renda criada pelo trabalho. Se esta renda for dissipada, ao invés de acumulada, a queda na demanda por trabalho levará os salários a um nível inferior ao de subsistência e a uma diminuição da população, uma decorrência natural da miséria.

No sistema de Sismondi, o ajustamento entre população e meios de vida é mediado por dois fatores. Em primeiro lugar, pela magnitude do lucro, a qual depende do nível de subsistência e das condições de oferta e demanda nos mercados de trabalho. Em segundo lugar, pela proporção acumulada do lucro, que determina a expansão da produção e a demanda por trabalho. Em condições salariais favoráveis, a população inexoravelmente cresce, porque a mortalidade infantil cai e aumenta o número de casamentos.<sup>9</sup> À primeira vista, uma combinação de *preventive checks* e *positive checks*, ao estilo de Malthus, produz o ajustamento entre população e meios de vida.

A rigor, nos **Novos Princípios** este ajustamento se processa no interior de um sistema de certa complexidade, o qual, no limite, coloca a análise da dinâmica populacional em um contexto bastante original e diverso do malthuseano. Três elementos deste sistema merecem menção especial: a preocupação com o bem-estar de toda a população; o marco de referência do fluxo circular de produção e de rendimentos, e das mudanças de forma do capital; a percepção sócio-institucional das relações sociais, e sua interação com a dinâmica econômica. Vamos tratar brevemente de cada um destes elementos, concentrando a atenção na dinâmica populacional.

---

<sup>8</sup> “Não é o caso, de um modo absoluto, que a riqueza e a população sejam os signos da prosperidade dos estados; são apenas em relação uma com a outra.” (Sismondi, p. 65)

<sup>9</sup> “Desde que cesse a miséria, as crianças que morreriam em idade jovem vivem para usufruir desta nova abundância; os celibatários ... casam-se para aproveitar a demanda por trabalho”. (Sismondi, p. 66)

A preocupação com a dinâmica populacional é inerente, como foi visto, ao próprio conceito de riqueza nacional. Para Sismondi, a renda per capita é um indicador de riqueza muito mais preciso e relevante do que a renda absoluta. Como o trabalhador é a parte frágil da estrutura social, o risco de que a parcela que lhe cabe do produto seja pequena e/ou de que o próprio nível de produção permaneça aquém do necessário para assegurar a todos o acesso à subsistência, é um tema dominante nos **Novos Princípios**.

Neste ponto, o sistema de Sismondi mescla a distribuição do produto social com a determinação do nível de produção, afastando-se dos princípios ricardianos. Para Ricardo, uma taxa de lucro elevada é garantia de acumulação acelerada e, portanto, de uma pressão de demanda no mercado de trabalho que acabará produzindo mecanismos de ajustamento entre população e meios de vida de estilo malthuseano, dado o padrão de subsistência.

Já para Sismondi, a taxa de lucro elevada não é garantia de acumulação acelerada – um ponto ao qual voltaremos a seguir. Mais ainda: a relação entre renda do trabalho e produto social é flexível e capaz, ela própria, de influenciar o nível de produção. Em suma, não existe uma independência estrita entre produção (valor) e distribuição – outro ponto ao qual voltaremos – e a geração de riqueza recebe estímulos positivos e negativos conforme a particular forma das relações sociais. Um dos aspectos fundamentais dos **Novos Princípios** é a pregação a favor de relações sociais que sejam, simultaneamente, produtivas e protetoras da população pobre.

A idéia de que a riqueza executa um movimento circular, que envolve mudanças de forma, é outro dos elementos dominantes do sistema. O rendimento nacional regula a despesa nacional, a qual, por sua vez, deve corresponder à totalidade da produção. Se a despesa não corresponder à produção, a riqueza não se expandirá. Ora, se assumirmos que os salários tendem a ser totalmente despendidos, os lucros passam a ser a variável estratégica. Os lucros podem não ser despendidos de modo a propiciar a expansão da riqueza nacional, vindo a interromper o ciclo consumo-rendimentos que caracteriza o equilíbrio com expansão.

Essa interrupção ocorre em diversas circunstâncias: produção de produtos não-vendáveis; excesso de consumo não-reprodutivo; endividamento excessivo dos capitalistas (e excesso de consumo não-reprodutivo). Enfim, o circuito reprodutivo pode ver-se perturbado por simples desajustes entre oferta e demanda ou por atitudes que tolhem a acumulação de capital. Em todas as situações, a queda dos lucros decorrente da retração do produto será